

1ª quinzena de junho de 2002

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 102

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO Nº 0334/01

ECT / DR / RS

ADUFRGS

ACF CIDADE BAIXA



LEI DE GREVE

Projeto engessa mobilizações

O direito de greve, garantido no capítulo da Constituição Federal Brasileira, está ameaçado, pelo menos em sua forma. Com a proposta de regulamentação, pelo governo federal, estão sendo estabelecidos diversos limites para as mobilizações. O objetivo é claro: o engessamento dos trabalhadores.

Páginas 6 e 7

Reprodução da obra "Ten dollar Bill" / Roy Lichtenstein



Nas mãos dos agiotas

Nas últimas semanas, o Brasil tem sido alvo das especulações dos agiotas internacionais. O governo brasileiro aponta a eleição como causa deste ataque especulativo, mas esquece de falar claramente sobre o real motivo. Os agiotas estão criando esta instabilidade para arrancar dos candidatos um compromisso de que não sairão perdendo em um futuro governo que não seja a continuação do atual. Se alguém tem dúvida, basta ler a declaração do maior agiota mundial, George Soros, em que desmascara a verdadeira intenção, sinalizada pelo seu agente Arminio Fraga.

O fato é que o Brasil, graças ao governo FHC, está se tornando cada vez mais refém destes mega-ajiotas que, na combinação com o Estado, formam dupla perfeita. Um age pegando e subjugando financeiramente e, caso não tenha resposta adequada, o governo americano age com o poder das armas.

Diante deste panorama, seja qual for o próximo governo, estará comprometido financeiramente. A tal ponto que deverá faltar o mínimo necessário para os investimentos fundamentais na área social, o que certamente contribuiria para a diminuição da violência. Menos

dinheiro, menor manutenção do Estado, que deverá ter seu orçamento reduzido, significando cortes violentos de salários e precariedade na manutenção das universidades. Teríamos este processo de discussão da autonomia acelerado já que projetos existem e ajudam na desobrigação do Estado com a manutenção da Universidade.

Já estamos sentindo alguns efeitos agora, com as mesas de negociação aprovadas ao final da greve passada. Demorou para que as entidades sentassem e as discussões comesçassem. Agora se arrastam com o claro sinal de não terem muito o que finalizar. Não há nenhum sinal sobre os novos concursos também aprovados, e até mesmo um corte no orçamento deste ano foi anunciado, comprometendo nossas atividades programadas.

Diante disso tudo, as lutas do sindicato serão enormes e só poderão ser enfrentadas com a união de todos como a demonstrada na última greve e uma atuação mais transparente de quem estiver à frente do sindicato para que não ocorram imobilidades como as acontecidas durante a greve e que fizeram com que ela se prolongasse além do necessário.

"Os brasileiros não votam", diz Soros

O megaespeculador norte-americano George Soros afirmou dia 8 à Folha de S. Paulo que os Estados Unidos vão impor a vitória de José Serra aos brasileiros e que o Brasil passará por uma mesma crise que a Argentina caso Lula ganhe as eleições. Os investidores internacionais ameaçam abandonar o País na hipótese da vitória petista, o que forçaria o Brasil a pedir moratória da dívida e entrar pelo mesmo caminho do país vizinho. Argumentando que se trata de um mecanismo antidemocrático, a Folha obteve como resposta a seguinte pérola: "Na Roma antiga, só votavam os romanos. No capitalismo global moderno, só votam os americanos, os brasileiros não votam".

Japão ratifica Protocolo de Kyoto

Depois de a União Européia ratificar em peso o Protocolo de Kyoto, foi a vez do governo japonês. A decisão deixa o documento, que prevê a redução da emissão de gases estufa, a um passo de entrar em vigor, isolando os Estados Unidos como praticamente o único país a rejeitá-lo. A ratificação nipônica foi uma resposta à promessa do governo de aprovar a lei a tempo de apresentá-la na Rio+10. A conferência mundial sobre ambiente e desenvolvimento acontecerá de 26 de agosto a 4 de setembro em Johannesburg, África do Sul - dez anos depois da adoção da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, durante a ECO-92, no Rio de Janeiro.

Fórum Mundial de Educação será em janeiro

Por solicitação dos educadores, a segunda edição do Fórum Mundial de Educação (FME), que deveria acontecer em novembro de 2002, foi transferido para os dias 19, 20, 21 e 22 de janeiro de 2003. Segundo o coordenador geral do FME, Eliezer Pacheco, a mudança é decorrente de uma consulta realizada pela internet, onde a maioria dos educadores que residem em outros países e estados alegaram ser esta a data ideal pela proximidade com Fórum Social Mundial-2003 que acontece entre os dias 23 e 28 de janeiro. Mais de 600 mensagens foram enviadas à organização do FME, 198 optaram por novembro e 302 pela realização em janeiro de 2003. A maioria dos que optaram pelo segundo semestre deste ano (90%) são educadores residentes no Rio Grande do Sul. Visto que 90% dos educadores que residem fo-

ra do Estado e em outros países sugeriram o próximo ano e o objetivo é mundializar a discussão, as entidades estaduais também concordaram com a modificação do período.

Autonomia aos centros universitários

O CNE (Conselho Nacional de Educação) encaminhou ao MEC no início de maio um parecer favorável a uma maior autonomia dos centros universitários. O documento tem gerado polêmica entre os dirigentes de universidades privadas. Eles alegam que, com a medida, um centro terá quase os mesmos direitos e a autonomia da universidade, mas não precisará investir em pesquisa nem contratar professor com dedicação exclusiva. A mudança pode abrir caminho para a implantação de um sistema de franquias no ensino superior já que os centros passariam a ter poder de registrar diplomas, ampliar número de vagas e abrir cursos fora de sua sede. Os centros universitários que não tiverem estrutura para montar cursos fora da sede poderão emprestar sua autonomia a terceiros criando a franquia universitária. Para virar lei, o parecer deve ser homologado pelo Ministério da Educação.

Mundialização do 3º FSM

Para dar andamento ao processo de organização do Fórum Social Mundial, 14 organizadores de Fóruns Sociais Temáticos (FST) e de Fóruns Sociais Continentais (FSC) reuniram-se dias 4 e 5, em São Paulo. Conforme os organizadores, apesar de ter surgido como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, o Fórum Social Mundial é hoje "um processo contínuo construído pelo coletivo de atores que se identificam com a sua proposta". Por isso, um dos principais objetivos do FSM é trabalhar sua mundialização, através da organização de fóruns sociais continentais e regionais, bem como fóruns sociais temáticos, para aprofundar o debate de questões prioritárias na conjuntura mundial. Está em discussão a realização de fóruns sociais na Europa, na América, na Ásia, na África, na Oceania e na região do Mediterrâneo, além de fóruns sociais temáticos no Oriente Médio, para discutir a militarização dos conflitos e a negociação de processos de paz. Na Argentina, um Fórum discutirá os efeitos das políticas do FMI nos países em desenvolvimento.

Diretoria

Presidente: Rubens Weyne;
1º Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2º Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

CONSUN

Gratuidade continuará em pauta

A gratuidade no ensino de pós-graduação, tema que mobilizou o Conselho Universitário da Ufrgs (Consun) ao longo de 2001, deve continuar em debate no próximo período. É o que defende a parcela de docentes que tem se posicionado contra o ensino de pós-graduação pago nas universidades públicas, prática que vem se tornando cada dia mais comum nas federais. A defesa do ensino público gratuito e de qualidade passa a ser um desafio ainda maior para alguns professores reeleitos para o Consun 2002/2004, já que agora representam uma minoria no órgão que avalia e determina os rumos da universidade. A necessidade de manter o assunto em pauta e lutar para reverter o quadro de cobranças efetuadas atualmente pela Ufrgs é apontada pelo grupo como uma das prioridades. Apesar de poucos, os docentes que defendem a gratuidade receberam 37% dos votos, percentual considerado bastante expressivo.

Uma segunda seria a normatização da prestação de serviços, hoje sem critérios definidos. "Não se pode perder de vista o caráter público da universidade, que deve estar presente em toda e qualquer discussão do conselho", observa Maria Aparecida Livi, ex-integrante do Consun. Para ela a pergunta básica a ser feita é "que atividades a universidade deve, por missão, realizar?".

Definido o básico, dentro dos conceitos de universidade

de pública, se partiria então para avaliar as atividades extras, sempre observando se estas não deixariam o papel principal da universidade se perder. "Não pode haver um desvio de esforços e para isso é preciso que estas atividades extras sejam constantemente avaliadas pelo Consun", sugere Aparecida Livi, que no último período como membro do Consun carregou a bandeira da gratuidade no ensino de pós-graduação.

O professor Carlos Schmidt, um dos eleitos para o Consun e que empunha a mesma bandeira, acredita que o tema se manterá em discussão mesmo diante do fato de seus defensores representarem a minoria. Isso porque há uma parcela de docentes que compõe o Consun que ainda não definiu uma posição sobre o assunto e tende a acreditar que assim como a graduação, a pós não deve ser paga.

Schmidt aponta a normatização da prestação de serviços como um dos temas mais urgentes e coloca a limitação da remuneração extra como ponto essencial. "O professor deve, a princípio, desenvolver trabalhos extras dentro do seu tempo como funcionário dedicação exclusiva e não receber a mais por isso. A remuneração extra viria em casos específicos, mas de maneira limitada", defende.

Nos casos de serviços prestados a terceiros que gerem recursos financeiros, Schmidt defende que uma grande parte seja reinvestida na própria universidade com o

objetivo de melhorar o atendimento à comunidade. Projetos na área social não deveriam jamais visar retorno financeiro, na opinião do professor, e os docentes e técnico-administrativos envolvidos trabalhariam sem remuneração extra dentro da carga horária já estabelecida.

Carlos Schmidt defende ainda que a universidade pública não deve exercer o papel de prestadora de serviços, mas sim desenvolver projetos e em seguida repassá-los a organismos competentes que possam gerenciá-los e colocá-los em prática. Para ele, não se justifica a universidade pública, reconhecida por sua excelência em pesquisas, despendar esforços em manutenção de projetos, quando poderia estar desenvolvendo outros. Para que isso seja possível, segundo Schmidt, é preciso que a universidade abra suas fronteiras repassando as tecnologias e metodologias desenvolvidas.

Quanto à discutida autonomia universitária, o professor acredita que seja esta outra grande discussão para o próximo período do Consun. Ele defende uma forma de escolha do reitor mais democrática – atualmente a comunidade universitária indica três nomes e o governo escolhe um, que pode não ser o mais votado. "Se a esquerda ganhar as eleições presidenciais é possível que a universidade se abra para um processo mais democrático de escolha dos reitores", espera Schmidt.

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Conferência elege novos integrantes do Comcet

A 3ª Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia, de 20 a 22 de junho, reunirá a comunidade técnico-científica de Porto Alegre para debater questões que influenciarão na definição das diretrizes tecnológicas da cidade. No encontro (programação abaixo) serão eleitos integrantes do Conselho Municipal de Ciência e Tecnolo-

gia (Comcet) nos próximos dois anos. A abertura será na Usina do Gasômetro às 19h do dia 20. Dias 21 e 22, as conferências e oficinas serão ministradas no prédio 15 da PUC-RS. Paralelamente acontece a 1ª Mostra de Ciência e Tecnologia, no prédio 30 da PUC, que será aberta às 14h do dia 18 de junho e segue até 22. A

Adufrgs integra o Comcet – órgão que reúne 23 entidades porto-alegrenses para tratar de políticas públicas em C & T – desde 1995. Por contar com um privilegiado time de cientistas e pesquisadores, a entidade tem grande importância na discussão de ciência e tecnologia. A presidente do Comcet, Rita Carnevale, diz

que o órgão tem a missão de definir uma política que sirva de suporte e de termômetro do que a população pensa em termos de desenvolvimento tecnológico. Isso faz com que o conselho seja também um instrumento de democratização e horizontalização das relações entre a prefeitura e população.

20 de junho

17 horas - Inscrições. **19 horas** - Abertura Oficial. **19 horas e 15 minutos** - Momento Cultural - Arte, Ciência e Tecnologia. **19 horas e 30 minutos** - Painel "Retrospectiva e projeção da C&T para o município: as visões setoriais". Painelistas: João Verle - Prefeito de Porto Alegre, Profª Dra Glaci Zancan - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Prof. Irmão Norberto Rauch - Reitor da PUCRS, Profª. Dra. Wrona Panizzi - reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Ufrgs, Paulo Afonso Feijó - presidente da Federasul, Prof. Dr. Renato Oliveira - Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, Claudir Antonio Nespolo - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre - CUT/RS, Profª Ms. Rita Maria Silvia Carnevale - Presidente do Comcet. Coordenador: Prof. Dr. Sérgio Bampi.

21 de junho

08 horas e 30 minutos - Palestra: C&T potencialidades e restrições no desenvolvimento sustentável das cidades. Palestrante - Cezar de Queiroz Benjamin - Editora Contraponto, Coordenador: Profª Dra. Edi Madalena Fracasso - NITEC/PPGA/Ufrgs. **10 horas** - Debate. **10 horas e 30 minutos** - Palestra: Educação e trabalho - visão crítica das articulações possíveis entre Instituições Educacionais e Empresariais. Palestrante - Profª Dra Carmem Moraes - Departamento de Desenvolvimento de Políticas Públicas - USP, Coordenador - Paulo de Tarso Carneiro - secretário municipal de Produção, Indústria e Comércio / SMIC. **11 horas** - Debate. **14/17 horas e 30 minutos** - Discussão em Sessões Temáticas Paralelas.

Sessão I: "Oportunidades de fomento e mecanismos de viabilização financeira para C&T no município" Painel: Visão da FINEP quanto ao fomento de C&T voltado ao desenvolvimento sustentável de cidades - Vitor Odorcyk - FINEP. Viabilidades da Lei de Inovação em nível municipal: Profª Dra Maria Alice Lahorgue - Pró-reitora de Planejamento Ufrgs. A criação de proposta para fontes de Recursos - Bel. Nilton Braga Rosa - Sindicato de Empresas de Informática. Fundos setoriais para melhoria de nível de qualidade de vida - Prof. Dr. Paulo Roberto Franco - Pró-Reitor de Extensão da PUCRS. Coordenador: Prof. Dr. Jorge Audy - Diretor da Agência de Gestão Tecnológica e Propriedade Intelectual - PUCRS.

Sessão II: "C&T: Oportunidades de desenvolvimento sustentável, melhoria da qualidade de vida e incremento de emprego e renda".

Painel: Visão da Comunidade acadêmica e Científica - Prof Dr. Jorge Alberto Villwock - Diretor do Instituto de Meio Ambiente/PUCRS, Visão da Comunidade Empresarial. - Bel. Hugo Springer - Diretor do Centro Tecnológico de Tecnologias Limpas da FIERGS/SENAI e Bel. Wesley Lacerda e Silva - Presidente da Assespro. Visões do Executivo Municipal: A cidade e o fomento de C&T e ações do executivo. Representantes do Executivo Municipal. Coordenadora: Arq. Ghissia Hausser - Supervisora de Desenvolvimento Tecnológico - SDTec SMIC/PMPC.

Sessão III: "C&T: articulação entre educação e pesquisa na área profissional e setores produtivos - oportunidades de trabalho na cidade".

Painel: Educação Pesquisa e Desenvolvimento - necessidades e oportunidades para o desenvolvimento sustentável de Porto Alegre, visão da empresa: Bel. Paulo Presser - Diretor Técnico do Departamento Regional do Senai. Educação Pesquisa e desenvolvimento - necessidades e oportunidades para o desenvolvimento sustentável de Porto Alegre, visão da Universidade: Prof. Dr. Alexandre Neto - Pró-Reitor de Pesquisa da Ufrgs. Inclusão Digital - Bel. Rogerio Santana dos Santos - Diretor Presidente da Procempa. Políticas públicas Estaduais para a Educação Profissional, de nível técnico - Profº Gabriel Gabrowski - Diretor Superintendente da Educação Profissional no Rio Grande do Sul. Coordenador - Bel. José Antonio Antonioni - Softsul.

22 de junho

9/12 horas - Discussão em Grupos Temáticos. Coordenadores: Sessão I - Prof. Dr. Jorge Audy - Diretor da Agência de Gestão Tecnológica e Propriedade Intelectual - PUCRS. Sessão II: Ghissia Hausser - Supervisora da Supervisão de Desenvolvimento tecnológico - SDTec - SMIC. Sessão III - José Antonio Antonioni - Softsul. **14/16 horas** - Plenária Final, coordenador: Ricardo Kuntz - 1º Vice-Presidente Comcet, Rogerio Santana - 2º Vice-Presidente do Comcet. **16/17 horas** - Eleição das instituições/Organizações ou representantes que deverão compor o Comcet no período de junho de 2002 a maio de 2004. Coordenador: Profª. Rita Carnevale - Presidente do Comcet. **17 horas** - Encerramento do Evento.

FGTS

Valores oferecidos são irrisórios

Em 13 de agosto de 2000, o Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, uniformizou decisão para os milhares de processos judiciais que buscavam os expurgos inflacionários do FGTS, ocorridos nos períodos entre junho de 1987 a fevereiro de 1991, em virtude dos famosos "Planos Econômicos" editados pelo Governo Federal à época.

A partir deste precedente do STF em agosto de 2000, os processos julgados, em sua grande maioria, passaram a condenar a Caixa Federal, a pagar aos titulares (e ex-titulares) das contas vinculadas de FGTS, os percentuais de 16,65% e 44,80%, sobre o saldo existente à época, nas respectivas contas, com correção monetária pelo IPC desde a época em que aquelas diferenças deveriam ter sido aplicadas pela CEF, nas contas vinculadas dos trabalhadores.

Sobre essas diferenças, a CEF vem sendo condenada a pagar também juros moratórios de 0,5% ao mês, mais juros remuneratórios de 3% ao ano, previstos estes na legislação do FGTS.

A vitória parcial obtida pelos trabalhadores no Supremo Tribunal Federal, quando foram reconhecidos como devidos os índices de correção de 16,65% (janeiro/89) e 44,80% (abril/90) fez com que o Governo Federal adotasse inúmeras medidas com o propósito evidente de diminuir o impacto desta condenação nas finanças públicas. Uma delas é a proposta de acordo feita pela Caixa para pagamento destes valores.

Para saber qual o valor do acordo que a Caixa está oferecendo, basta que o trabalhador/servidor procure a agência central da Caixa Federal e apresente o número do PIS/PASEP.

Analisando os valores propostos, enviados aos trabalhadores, esta assessoria jurídica pode constatar que, em aproximadamente 90% (noventa por cento) dos casos, os valores oferecidos são absurdamente inferiores àqueles que os trabalhadores poderiam receber na ação judicial, representando, em média, menos de 10% (dez por cento) do valor total que receberiam no processo judicial. Isto porque, além de não sofrerem a incidência de juros moratórios, a CEF está utilizando critério de cálculo diverso do que deveria utilizar. Registre-se que os critérios de cálculos utilizados por esta assessoria jurídica para efetuar a comprovação dos valores, vêm sendo aceitos pela Caixa Federal nos processos judiciais.

Para que os trabalhadores possam saber se os valores ofertados estão corretos, é necessário que tenham em mãos preferencialmente os extratos do FGTS do período de dez/1988, 1989 e 1990, ou, caso não os tenha, a proposta enviada pela CEF. Somente desta forma poderá ser verificada a incorreção dos valores informados pela CEF.

Aos Sindicatos foi disponibilizado um programa que permite esta verificação, se o trabalhador tiver em mãos os documentos antes referidos.

Atentamos aos clientes desta assessoria jurídica que já ingressaram com ação judicial e quiserem fazer o acordo com o Governo Federal, que os mesmos terão que cumprir integralmente o Contrato de Honorários firmado que, em sua cláusula terceira, que prevê o pagamento dos honorários advocatícios, mesmo se houver o reconhecimento do direito por parte da Caixa Econômica Federal ou qualquer outro órgão governamental.

O trabalhador que já assinou o acordo com a CEF e

verificar que o valor oferecido é menor ao valor que teria efetivamente direito, pode tentar desistir do acordo. No entanto, não é certo que o juiz aceite tal desistência.

1) No caso do trabalhador que assinou o acordo e ainda não recebeu os valores, este deverá protocolar uma notificação nas agências da CEF, nos moldes no modelo em anexo, informando que está desistindo do termo de adesão assinado, tendo em vista que houve a quebra da confiança entre o contratante e o contratado, em face do valor irrisório oferecido, informando que a Caixa não deverá depositá-lo.

2) No caso do trabalhador que assinou o acordo e por ventura já tiver recebido os valores ofertados, deverá protocolar uma notificação nas agências da CEF, informando que está desistindo do termo de adesão assinado, tendo em vista que houve a quebra da confiança entre o contratante e o contratado, e ainda requerer que a CEF informe qual a forma de devolução dos valores já recebidos.

A notificação deverá ser remetida ao escritório, juntamente com a cópia do acordo firmado com a Caixa Econômica Federal.

Assessoria Jurídica da Adufrgs

CARTA DE PORTO ALEGRE

Documento elaborado durante a III Cumbre – encontro de reitores de universidades públicas ibero-americanas, realizado em Porto Alegre entre 25 e 27 de abril de 2002.

Reitores, diretores de instituições e associações de educação superior e autoridades acadêmicas, reunidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, por ocasião da III Cumbre Ibero-americana de Reitores de Universidades Públicas, manifestam sua profunda preocupação frente às políticas implementadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que favorecem a comercialização internacional dos serviços de educação, assemelhando-se a simples mercadorias. Os poderosos interesses que sustentam estas políticas pressionam pela transformação da educação superior num lucrativo mercado de âmbito mundial e pela desregulamentação e eliminação de todo controle de qualidade de natureza legal, política ou fiscal. A proposta de entregar ao livre comércio a educação superior se inscreve num processo continuado de drásticos cortes no financiamento público e de fomento à globalização da educação privada, levando a que os Estados abandonem sua função política específica de orientação, direção e gestão em áreas de sua responsabilidade social. Estas proposições ferem seriamente as políticas de equidade, indispensáveis para o equilíbrio social, em especial nos países em desenvolvimento, e necessárias para corrigir as desigualdades sociais, tendo sérias consequências para nossas identidades culturais. Elas perturbam, igualmente, a consolidação e a transmissão dos valores éti-

cos e culturais, afetando nossas aspirações de alcançar uma sociedade mais democrática e justa através de um desenvolvimento sustentável, compromissos da educação superior, cuja missão específica se assenta na concepção do conhecimento como bem social destinado à melhoria da qualidade de vida de nossos povos - função esta que o ensino superior, em hipótese alguma, poderá cumprir se for transformado em simples mercadoria ou objeto de especulação no mercado, através de sua comercialização internacional. Entre os graves problemas que acarretam tais proposições, cabe mencionar ainda a uniformização acrítica da educação e o grave dano que isso significa para a soberania nacional e dos povos. Por estas razões, os reitores e acadêmicos ibero-americanos aqui reunidos, lembrando os compromissos assumidos pelos governos e pela comunidade acadêmica internacional em outubro de 1998, na Conferência Mundial do Ensino Superior de Paris, no sentido de considerar a educação superior como um bem público, alertam a comunidade universitária e a sociedade em geral sobre as consequências nefastas dessas políticas, e requerem aos governos de seus respectivos países que não subscrevam acordos nessa matéria no contexto do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS) da OMC.

Porto Alegre, 27 de abril de 2002

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2002	
RUBRICAS / MESES	JAN
ATIVO	1.952.150,68
FINANCEIRO	1.999.668,53
DISPONÍVEL	253.966,49
CAIXA	8.624,59
BANCO	81.793,69
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA	165.248,31
REALIZÁVEL	1.445.702,04
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.439.952,78
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.439.952,78
CRÉDITOS A REALIZAR	5.749,26
DEVEDORES	3.600,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	236,80
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	1.743,22
PREMIO DE SEGURO A VENCER	266,24
ATIVO PERMANENTE	252.482,15
IMOBILIZADO	246.226,73
BENS MÓVEIS	74.659,66
BENS IMÓVEIS	197.167,83
REFORMAS EM ANDAMENTO	46.108,18
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	70.729,13
DIFERIDO	6.285,43
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	6.687,89
(-) AMORTIZACÕES ACUMULADAS	2.432,45
PASSIVO	1.937.644,45
PASSIVO FINANCEIRO	48.024,59
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	41.407,76
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.940,12
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	38,87
CRÉDITOS DIVERSOS	37.426,77
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	6.616,83
PROVISÕES ENCARGOS CPSSOAL	6.616,83
SALDO PATRIMONIAL	1.889.619,86
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40
SUPERÁVIT ACUMULADO	1.280.669,45

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	JAN	ACUMULADO
RECEITAS	95.056,06	95.056,06
RECEITAS CORRENTES	71.575,58	71.575,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	71.575,58	71.575,58
RECEITAS PATRIMONIAIS	20.781,80	20.781,80
RECEITAS FINANCEIRAS	20.781,80	20.781,80
OUTRAS RECEITAS	2.698,68	2.698,68
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.506,88	1.506,88
OUTRAS RECEITAS	1.191,80	1.191,80
DESPESAS	81.892,24	81.892,24
DESPESAS CORRENTES	81.892,24	81.892,24
DESPESAS COM CUSTEIO	25.885,19	25.885,19
DESPESAS COM PESSOAL	6.045,69	6.045,69
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	8.898,01	8.898,01
DESPESAS DE EXPEDIENTE	6.202,54	6.202,54
DESPESAS COMPOSTAS/TAXAS/ONJUS DIVERSOS	1.675,27	1.675,27
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	703,40	703,40
DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES	1.336,28	1.336,28
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	793,85	793,85
ENCARGOS FINANCEIROS	57,26	57,26
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	37.871,55	37.871,55
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	690,00	690,00
DESPESAS COM VIAGENS	8.670,85	8.670,85
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3.477,00	3.477,00
DESPESAS COM ATIV. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	8.380,85	8.380,85
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	18.067,10	18.067,10
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	496,05	496,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.535,50	18.535,50
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	14.995,36	14.995,36
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.660,14	3.660,14
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	13.163,82	13.163,82
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	13.163,82	13.163,82

RUBENS C. V. WEYNE PRESIDENTE	NINO H. FERREIRA DA SILVA CONTADOR – CRC/RS Nº. 14418
----------------------------------	--

Roque Dalton*

Mais guerra para a Colômbia

Presidente eleito, que tem vínculos narco-paramilitares, prioriza a política da violência para combater a violência

No passado 23 de maio a Colômbia selou o seu futuro próximo com a eleição, em primeiro turno, de Álvaro Uribe, um ex-liberal com comprovados vínculos com narcotraficantes e grupos paramilitares, que prega a política de terra arrasada para combater os grupos guerrilheiros.

Da população votante, cerca de 23 milhões, votou 45%. Esse nível de abstenção é secular na Colômbia, onde o voto é facultativo e a população não acredita nos políticos tradicionais. Os votantes são, na sua grande maioria, habitantes de cidades grandes e médias. Esses também são os alvos dos institutos de pesquisa eleitoral que são altamente influenciáveis aos resultados prévios à eleição. A população urbana de classe média é, tradicionalmente, a que elege presidentes e integrantes do congresso.

Uribe se elegeu com um discurso guerrillerista de enfrentamento total à guerrilha e oposição a todo e qualquer diálogo ou negociação. Ele explorou o desespero e a impaciência dos colombianos de resolver a crise política e a situação de guerra civil que já dura 40 anos e que se agudizou nos últimos 10 anos. Sucessivas tentativas de resolver, pela via do diálogo, o enfrentamento entre guerrilha e forças militares fracassaram.

Por que falham reiteradamente as vias políticas de solução do conflito na Colômbia? A resposta pode ser encontrada a partir dos fatos. A história mais recente de diálogos com a insurgência é inaugurada com o presidente Belisário Betancur em 1984. Surge a União Patriótica, um grupo político legal que pretendia ser uma alternativa à ação armada de esquerda. Em pouco mais de cinco anos foram assassinados 4500 dos seus militantes por forças paramilitares. Entre os mortos caíram três candidatos a presidente, vários congressistas, dezenas de vereadores e milhares de sindicalistas e líderes populares. A maioria dos seus sobreviventes não teve outra opção a não ser se exilar no exterior ou ingressar na guerrilha. Posteriormente, no governo de César Gaviria, são instaladas mesas de negociação em La Uribe (Departamento de Meta). Após fortes pressões dos militares, que não viam resultados, Gaviria ficou sem peso político e ocorreu uma forte agressão na região sede dos diálogos que incluíram bombardeios em zonas de civis. Vários anos e muitos mortos depois, o atual presidente Pastrana se elegeu com a promessa de resolver de uma vez por todas o conflito pela via pacífica, desmilitarizando já no início do seu mandato uma região de 42.000 km² no sul do país, onde seriam levadas as negociações com participação de governos e organismos internacionais. Hoje, com o sol nas costas, Pastrana reconhece que fracassou rotundamente na sua política de diálogo e deu força a Uribe para se eleger, desta vez com uma orientação oposta, ou seja, de que a solução do conflito só pode ser militar.

Entretanto, a história dos últimos 40 anos também mostra que essa política, ao invés de resolver a guerra, a intensifica. Na década de 1960, os principais grupos guerrilheiros (Farc, ELN, EPL) não passavam de algumas centenas de combatentes, em cada grupo. No início do século XXI, analistas calculam os combatentes dos grupos Farc e ELN em 25.000 a 30.000, sem contar milícias urbanas, apoiadores logísticos e simpatizantes.

Aparte desse crescimento da insurgência, outra consequência da exacerbação da guerra foi o nascimento de grupos paramilitares, financiados por latifundiários e narcotraficantes, com claro apoio de setores das forças militares oficiais e com tolerância dos governos. A união dos diferentes grupos paramilitares ocorreu em 1997 com a criação das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que hoje tem entre 6.000 a 8.000 combatentes. As suas ações se caracterizam por ter o apoio logístico, de inteligência e resgate do próprio exército e por atacar a população civil, causando massacres que já cobraram a vida de mais de 15.000 pessoas, segundo os cálculos mais conservadores.



Reprodução / www.rose-hulman.edu/~delacova/colombia-rev.htm

Sem dúvida, o auge no narcotráfico influenciou o crescimento dos grupos armados, como também permeou toda a vida política e econômica colombiana. A situação atual é de uma grande complexidade, onde as classes governantes representam setores oligárquicos, conservadores, que não cedem um milímetro para manter seus privilégios, onde as forças militares são fortalecidas cada vez mais com os dólares do Plano Colômbia, onde os grupos paramilitares também são reforçados indiretamente por esta via e têm maior capacidade militar para cometer abusos contra os direitos humanos, assassinando civis desarmados, onde a guerrilha se vê acuada e forçada a aumentar as ações bélicas com a decisão de ruptura de diálogos de Pastrana abrindo o caminho guerrillerista a Uribe, onde o narcotráfico não somente não foi reprimido com as fumigações contempladas no Plano Colômbia, mas cresceram 24% desde a implantação desse Plano em 2000, onde quase três milhões de camponeses pobres (7% da população) são obrigados a se exilar internamente aumentando o desemprego e a miséria nas grandes cidades, onde mais de quatro milhões de colombianos que têm condições se exilam no exterior, onde, enfim, está ocor-

rendo uma guerra civil sem precedentes na América Latina e onde os países irmãos latino-americanos não tomam conhecimento ou não querem ter envolvimento.

No próximo 7 de agosto, Uribe será empossado. Já recebeu a visita da embaixadora norte-americana na Colômbia e de Otto Reich, escalado por Washington para assuntos latino-americanos. Reich, de origem cubana e declaradamente anti-castrista, foi o responsável pela ação dos "contras", que culminou com a derrota política e saída do poder dos sandinistas na Nicarágua.

Joseph Contreras, diretor para América Latina do Newsweek entrevistou Uribe durante a campanha eleitoral e publicou um livro sobre a sua vida, "El Señor de las Sombras", onde mostra os vínculos irrefutáveis do pai de Uribe, morto pelo clã Ochoa por brigas relacionadas a cavalos, e dele próprio com o narcotráfico. Uribe insiste em dizer que seu pai foi morto pelas Farc. Os grupos paramilitares já manifestaram seu apoio e simpatia por Uribe, o que é coerente com a história de apoio à formação e a fugaz legalização desses grupos que Uribe conseguiu quando era governador de Departamento de Antioquia.

Tudo indica que mais sangue será derramado na Colômbia nos próximos anos e, certamente, esse sangue será do povo. Enquanto isso, os donos do poder assistem às notícias desde Miami, longe do barulho das armas.

TRABALHO

Lei antigreve ainda ameaça

O governo federal, através do projeto de lei que regulamenta o direito de greve, quer acabar com a principal forma de mobilização dos servidores públicos. Repleto de regras absurdas, o projeto não só limitaria a liberdade de expressão dos trabalhadores, mas seria um golpe à própria democracia. Para o advogado Rogério Coelho, assessor jurídico da Adufrgs, com a proposta, o governo pretende com esse projeto reprimir o direito de greve e não regulamentá-lo.

Maricélia Pinheiro

O direito de greve, garantido no capítulo da Constituição Federal Brasileira que trata dos direitos fundamentais, não depende de regulamentação para ser exercido. Caso seja instituída uma lei reguladora, esta deveria apenas definir os serviços essenciais e inadiáveis, para que, guiados por estes critérios, os próprios grevistas possam estabelecer limites para as paralisações. A opinião é do advogado sindical Rogério Coelho, assessor jurídico da Adufrgs, para quem os limites de uma greve devem fazer parte da pauta de negociações e não serem impostos por lei, o que feriria o princípio de liberdade de expressão dos trabalhadores.

Segundo Coelho, uma ampla maioria da classe sindical no Brasil e no resto do mundo defende a não regulamentação do direito de greve, previsto nas constituições modernas como fundamental, justamente para evitar restrições que tornem as greves inviáveis. Uma outra parte acredita que somente com a regulamentação seria possível exigir do governo, no caso específico dos servidores públicos, que este cumprisse os seus deveres de patrão, o que não tem sido praxe na história recente das greves do funcionalismo público no Brasil. "Na Itália, os próprios trabalhadores pediram a regulamentação, mas a lei trata apenas da essencialidade e da inadiabilidade dos serviços", informa o advogado.

O projeto de lei do Executivo que propõe a regulamentação do direito de greve, na verdade, inviabiliza a manifestação máxima dos trabalhadores, na medida que impõe regras absurdas como quorum mínimo de dois terços da categoria para que seja deflagrada a greve e a garantia de 50% de funcionamento dos serviços. Com isso, o governo deixa de lado o princípio da essencialidade e inadiabilidade, colocando todos os serviços no mesmo patamar de importância, o que não corresponde à realidade, já que saúde, por exemplo, é ainda mais essencial do que educação. Para o advogado, o governo pretende com esse projeto reprimir o direito de greve e não regulamentá-lo.

Breve histórico

O advogado traça um pequeno histórico das greves no serviço público desde a implantação do Plano Real e início do governo Fernando Henrique Cardoso. No final de 1994, uma greve dos servidores levou o Executivo a acionar, oportunamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) para que julgasse um mandado de injunção movido pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil em 1989. Segundo Rogério Coelho, ao entrar com o mandado de injunção, os trabalhadores admitiram que era preciso regulamentação para exercer um direito de greve, já que este dispositivo, introduzido na Constituição de 1988, é indicado para se garantir um direito constitucional ainda não regulamentado.

Aproveitando-se da ingenuidade dos servidores, que há pouco começavam a se organizar em sindicatos e associações, o governo induziu o STF a julgar a ação favorável aos trabalhadores, criando a tese de que o direito de greve existia mas não podia ser exercido por falta de regulamentação.

"Por todos esses anos, o governo chantageou os servidores públicos usando os argumentos da Justiça para justificar sanções como a suspensão dos salários dos grevistas e até demissão", observa Coelho.

Com o apoio do Judiciário, que remeteu ao Legislativo a função de regulamentar o direito de greve, o Executivo acreditava ter criado um antídoto para as paralisações no serviço público. "Houve um conluio tácito dos três poderes para desconstituir um direito fundamental previsto na constituição e restabelecer uma proibição da época do regime militar", diz o advogado. Mas o quadro começou a mudar na última greve, no segundo semestre do ano passado, quando os trabalhadores, cansados de ameaças e com o salário achatado, resistiram às punições impostas pelo governo e conseguiram reverter na Justiça a tese anterior.

Para lembrar o passado tão recente, diante do corte de salários, os sindicatos organizados acionaram a Justiça, dessa vez o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou que fossem pagos imediatamente os salários. O governo tentou cassar as liminares no STF, onde acreditava ter mais respaldo, mas depois do juiz substituto decidir pela cassação, o titular resolveu anulá-la. Estava vencida a batalha judicial. Derrotado, o governo então resolveu sentar-se à mesa com os servidores para negociar e em seguida encaminhou ao Legislativo, 13 anos depois de ser promulgada a Constituição Federal, um projeto de regulamentação do direito de greve. "As ameaças não surtiram efeito, era preciso barrar as greves de outra forma", analisa Coelho.

Avalanche de projetos

No auge da greve, numa tentativa desesperada de reprimir a manifestação legítima dos servidores públicos, o governo lança o chamado pacote anti-greve, que previa a contratação de funcionários temporários para substituir os grevistas, corte de salários após ultrapassar 30 dias paralisados, além de processo administrativo e demissões. Em março passado, com os trabalhos do Congresso travados devido ao grande número de medidas provisórias, FHC cancelou a urgência para seus projetos e retirou de pauta a MP nº.10/01. Logo em seguida o deputado Freire Júnior (PMDB-TO), apresentou um substitutivo ao mesmo projeto, descrevendo-o agora como "inassiduidade ao trabalho" estabelecendo processo administrativo e possível demissão para quem faltar 30 dias de trabalho ou 60 interpolados.

De acordo com um levantamento feito pela CUT Nacional, seis projetos de lei que tratam da regulamentação do direito de greve tramitam atualmente no Congresso Nacional: 6.032/02 do Executivo, 4.497/01 de autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES), 5.662/01 do deputado Airtton Cascavel (PPS-RR), 6.141/02 da deputada Iara Bernardi (PT-SP), 6.596/02 de Eni Vitolini (PPB-SC) e 6668/02 de Elcione Barbalho (PMDB-PA). A central sindical está convocando os sindicatos de servidores públicos de todo o Brasil a analisar minuciosamente cada projeto e fazer uma ampla discussão sobre o assunto.



Arte sobre foto de Cristina Lima

Conquista secular dos trabalhadores

O Novo Constitucionalismo resgatou o direito de greve, que já constara na essência da Declaração Universal dos Direitos do Homem, logo após a 2ª Guerra na Europa. "Os regimes totalitários do início do século XX patrolavam os direitos humanos", diz o advogado Rogério Coelho. Segundo ele, foi também nessa época que o serviço público se expandiu e o governo, para garantir a continuidade dos mesmos, reprimia toda e qualquer manifestação de greve no setor. Tanto que o funcionário público, por muitos anos, não era reconhecido como trabalhador.

No Brasil, a ditadura militar retardou esse processo evolutivo e os trabalhadores só foram contemplados com o direito de greve com a Constituição Federal de 1988. Antes disso, no últimos anos da ditadura, os servidores públicos já se organizavam em sindicatos e se mobilizavam em greves históricas, especialmente os docentes das universidades federais. Na mesma época, os trabalhadores da iniciativa

privada também se rebelavam na famosa greve do ABC paulista. A inclusão do direito à sindicalização e à greve na Constituição brasileira, na verdade, veio oficializar o que já vinha sendo exercido na prática.

Mas os artigos da Constituição que falam sobre o direito de greve se contradizem e dão margem a várias interpretações. Enquanto um um diz que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica", outro assegura o direito como fundamental do trabalhador e determina apenas que a lei defina quais são as atividades essenciais e inadiáveis do serviço público. Para o advogado, a tendência é a direita continuar trabalhando pelo lado de seus interesses, ou seja, o de encontrar uma forma de impedir as greves, inclusive tentando destituir o servidor público de seu arduamente conquistado posto de trabalhador. Cabe à esquerda se mobilizar para impedir tamanho retrocesso.

Francis Campos Bordas - advogado e assessor jurídico de sindicatos de servidores públicos

Greve impossível

O presidente da República enviou ao Congresso, durante o recesso, sem qualquer processo prévio de negociação ou consulta à sociedade, a Mensagem Presidencial n. 1453, de 27/12/2001 na qual é apresentado o projeto de lei que supostamente regula o direito de greve.

A apresentação de tão importante projeto sem nenhuma negociação prévia com trabalhadores públicos, partidos políticos ou centrais sindicais já era previsível desde a reforma da redação original do art. 37, VII da Constituição que exigia que o direito de greve fosse regulamentado por Lei Complementar. A partir da EC 19 (Emenda da Reforma Administrativa) basta uma lei ordinária específica sobre o tema, sem o rigoroso processo de aprovação de uma lei complementar. A exigência de aprovação de uma lei complementar pela maioria absoluta dos parlamentares é, em tese, indutora da busca de um consenso entre as forças políticas, sugerindo um processo de negociação prévia. No instante que essa barreira cai, abre-se o caminho para que o Projeto seja enviado e apreciado de forma apodada, já que é necessária apenas a maioria simples.

Existe no Brasil uma tradição de negar efetividade à Constituição. A história nos tem dado inúmeros exemplos de que a carência de uma proteção eficaz ao direito de greve que está previsto na Constituição faz com que o administrador público se julgue no direito de atropelar regras fundamentais e inverter a hierarquia das normas, relegando, como de costume, a Constituição ao plano de uma mera carta de intenções, como se dela não surgissem direitos aptos a serem exercidos. O PL que irá a debate no Parlamento tem como característica principal a restrição ao exercício do direito de greve acima de tudo. Ou seja, ao invés de cumprir o dever do Poder Público de dar maior efetividade possível aos direitos sociais constitucionalmente previstos, temos visto uma constante preocupação em limitá-los. Esta limitação é feita através de um sofisticado mecanismo de regulamentação, que culmina, como no caso da greve, pela inviabilidade do exercício do direito.

O projeto enviado ao Congresso não tem por objetivo regular o direito de greve. A preocupação é justamente o contrário, é evitar que novas greves sejam feitas. Por longuíssimos 13 anos os partidos hegemônicos optaram pela omissão na regulamentação do direito de greve como estratégia de defesa, tendo tido o Supremo Tribunal Federal como importante aliado a partir da famosa decisão proferida no Mandado de Injunção 20-4 DF, proposto pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, da qual resultou a tese de direito de greve existia mas não podia ser exercido. Como uma luva foi a direta crítica do articulista Jânio de Freitas naquele momento: Os sábios supremos do Supremo Tribunal Federal tinham paciência, mas sua decisão sobre o direito de greve do funcionalismo civil ultrapassa de muito do grotesco, entrando pelo que não direi. Ou o direito de greve dos funcionários civis existe, como a conclusão do Supremo reconhece, ou não pode ser exercido, como o mesmo Supremo estabelece na mesma decisão, e nesse caso, o direito não existe.

Porém, o movimento sindical do setor público não se curvou e deu mostras de que greves eram possíveis porque não dependem de uma lei - que não vinha nunca - mas das necessidades e determinação dos trabalhadores. Greves não são feitas porque tem lei autorizando, são feitas porque são o último meio de resistência.

Tendo aquela primeira estratégia de resistir ao dever de regulamentar esgotado sua eficácia, as forças hegemônicas partem, agora, para a desconstituição do direito de greve através de sua pseudo-regulamentação. As verdadeiras intenções do PL não são sequer disfarçadas no corpo do texto.

Convém recordar que a CF estabelece que é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. A Constituição vai além, exigindo que lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Ora o Constituinte deixou bem claro que: [1] a conveniência, momento e forma como deve ser deflagrada uma greve é de competência exclusiva dos trabalhadores, o mesmo se aplicando à pauta de reivindicações, é claro; [2] é necessário que uma lei defina quais os serviços ou atividade essenciais e as necessidades inadiáveis da comunidade.

E o Presidente da República, o que pretende? Vejamos alguns exemplos das reais intenções:

1. a lei estabelece um quorum mínimo de 2/3 dos membros da categoria na assembléia especialmente convocada para este fim.

Ora, mas o Constituinte não garantiu ao trabalhador a decisão sobre a oportunidade e forma de deflagrar a greve? Sim. Então, o PL é inconstitucional, porque sendo lei, é ato dos poderes constituídos, ou seja, em última essência "do empregador". E mais: propositadamente se ignora a existência de sindicatos de base nacional e base estadual que fazem assembleias por local de trabalho ou por regiões. Neste caso, como seria feita a verificação. É certo que o Decreto regulamentador desta lei já está redigido - ou no mínimo pensado - e terá uma cláusula dizendo: Cabe ao sindicato comprovar o quorum mínimo para deflagrar greve sob pena de ser declarada sua abusividade. Ao final, veremos uma completa inversão do que a Constituição garantia.

2. o Poder Público deve ser pré-avisado da greve com antecedência mínima de 10 dias;

Este dever imposto ao sindicato não tem como preocupação a preparação da sociedade para os problemas da greve. Nenhuma greve começa de um dia para o outro, sendo todas elas precedidas de uma longa campanha salarial amplamente divulgada pelos sindicatos. Este prazo tem por objetivo que o Poder Público tenha tempo de ingressar no Judiciário na tentativa de obter alguma medida que coíba a greve.

3. durante a greve, 50% da categoria deverá permanecer trabalhando, independentemente da atividade, de forma a garantir a continuidade de todos os serviços ou atividades públicas.

Salvo engano, a Constituição dispunha que deveria haver uma lei definindo as atividades essenciais. Ao invés disto, a lei proposta pelo

Presidente da República afirma que todos os serviços devem ser mantidos, estando metade da categoria proibida de fazer greve. Há um manifesto descompasso entre a Constituição e a lei proposta. A Constituição reconhece expressamente que a greve poderá trazer transtornos à comunidade, mas tem a preocupação que estes transtornos não atinjam atividades essenciais. É evidente que qualquer greve causa transtornos e esta hipótese está dentro da previsibilidade e já continha reconhecimento do Constituinte de 88. Mas o PL quer o impossível: que se façam omeletes sem quebrar ovos. A exigência do mesmo percentual de permanência no serviço para todas as atividades é inconstitucional já que restringe a intenção evidente do Constituinte. É necessário, isto sim, que se regularmente de forma razoável quais sejam as atividades essenciais. Não se pode, aqui, perder a oportunidade para recordar que para fins de greve, todo e qualquer servidor é essencial. Em se tratando de definir quais sejam as carreiras típicas de Estado este critério não é válido. Veja-se também, que quando se trata de enxugar o aparelho estatal - contrariando os próprios modelos liberais inspiradores, onde os gastos com a máquina pública apenas aumentaram nos últimos anos - o Governo defende a contraditória tese de que vários serviços são "terceirizáveis", o que, sem dúvida, não conjuga com "essencialidade". A falta de coerência salta aos olhos.

4. são vedados piquetes nos locais de trabalho.

Beira o cinismo a forma como são enunciados os (não)direitos dos grevistas. Podem divulgar livremente o movimento; podem praticar atos de convencimentos para adesão à greve, desde que fora do local de trabalho; etc. Não há, por outro lado, nenhuma restrição ao Administrador do uso da máquina estatal para veicular apenas a sua versão da greve. Pergunta-se: como e onde convencer um trabalhador de aderir a uma greve senão onde ele trabalha? A inconstitucionalidade, neste caso, decorre do resultado prático da lei, ou seja, sob o pretexto de taxar um novo comportamento aos trabalhadores se está retirando um direito maior. Há, em síntese, manifesta restrição ao direito de greve e da livre comunicação.

5. a Justiça poderá aplicar multa de até 50mil por dia de prosseguimento da greve após declaração de ilegalidade.

Em contrapartida, sendo declarada legal a greve, a lei não impõe nenhuma pena para o Estado ou o administrador que não cumpre o dever de negociar ou nega direito positivado induzindo o exercício da autotutela coletiva. São dois pesos e duas medidas que tornam mais fácil compreender o real espírito do projeto de lei.

O Projeto de lei em questão pode ser sintetizado como um legítimo exemplo de menosprezo à inteligência de qualquer um. Independentemente da simpatia partidária ou ideológica que se possa ter, é negável que qualquer análise minimamente racional que se faça deste projeto leve à conclusão de que não se pretende garantir o direito de greve, mas dificultá-lo ao máximo. Sendo esta a intenção, está em dissonância com a Constituição e não pode prosperar.

POLÍCIA

A chamada "tolerância zero", vulgata da segurança que se apresenta como um discurso científico que se propõe implantar uma ação policial "racional", não passa de uma fraude, decantada por políticos de esquerda e direita pelo mundo inteiro

Dissecando a "tolerância zero"

(1ª parte)



Loïc Wacquant*

Um pânico moral espalha-se através da Europa em torno da "violência urbana" e da "delinquência dos jovens", que ameaçariam a integridade das socie-

dades desenvolvidas e seriam punidos com penas severas. A encenação política da "segurança", atualmente divulgada em sua estrita acepção criminal – desde que o próprio "crime" foi restrito apenas à delinquência de rua, ou seja, em última instância, às torpezas das classes populares –, tem como função permitir aos dirigentes atuais, ou futuros, reafirmar a capacidade de ação do Estado no momento em que pregam unanimemente sua impotência em matéria econômica e social. A canonização do "direito à segurança" é o correlato do abandono do direito ao trabalho, inscrito na Constituição, mas vilipendiado pela continuidade do desemprego em massa e pelo aumento dos assalariados em regime precário. Estes negam qualquer segurança de vida aos que a ele estão condenados e que são a cada dia mais numerosos.

Nos canais de televisão mais importantes, o jornal das 20 horas transformou-se em crônica das ocorrências policiais que subitamente são muito numerosas e ameaçam todo mundo: aqui, é o caso de um professor primário pedófilo; ali, uma criança assassinada; mais adiante, um ônibus urbano apedrejado. Os programas especiais se multiplicam no horário nobre, como o "Isto pode acontecer com você" de 13 de fevereiro último na TF1 que, no item da "violência escolar", conta a história de um garoto que se suicidou depois de um roubo à mão armada no pátio de uma escola, caso absolutamente aberrante, mas rapidamente usado como paradigma, em função dos índices de audiência. As revistas semanais estão repletas de reportagens que revelam os "verdadeiros números", os "fatos ocultos" e outros "relatórios explosivos" sobre a delinquência em que o sensacionalismo compete com o moralismo, sem esquecer de estabelecer, periodicamente, a assustadora cartografia de "bairros proibidos" e enumerar "conselhos práticos" indispensáveis para enfrentar os onipresentes e multiformes perigos decretados.

Manter a ordem social pela força

Por toda parte é repetido o pungente refrão sobre a inércia das autoridades, a imperícia da justiça e a indignação apavorada ou exaltada das pessoas comuns. O governo multiplica as medidas ostensivas de repressão – das quais mesmo seus membros menos argutos não ignoram a total ineficácia sobre os problemas de que deveriam tratar. Um exemplo é a compra excessivamente dispendiosa de um colete à prova de balas para cada policial francês, quando 97% deles nunca chega a entrar em contato com qualquer bandido armado durante toda a sua carreira e o número de policiais mortos em serviço diminuiu pela metade em dez anos.

A oposição de direita não fica atrás e promete sobre todos os aspectos fazer a mesma coisa, porém mais depressa, mais intensamente e mais energicamente. Com exceção dos representantes da extrema-esquerda e dos Verdes, todos os candidatos a cargos eletivos promoveram a "segurança" ao grau de prioridade absoluta da atuação pública. E propõem apressadamen-

te as mesmas soluções primitivas e punitivas: intensificação da atividade policial, concentração sobre os "jovens" (de origem operária e imigrante, claro), os "reincidentes" e os "focos" de criminosos da "periferia" (o que exclui comodamente a criminalidade do "colarinho branco" ou institucional), aceleração dos procedimentos judiciais, endurecimento das penas, extensão do recurso à detenção – inclusive para menores de idade – quando está amplamente comprovado que a reclusão é eminentemente geradora de criminalidade. Finalmente, para permitir tudo isso, reivindicam o aumento sem limites dos meios destinados à manutenção da ordem social pela força. Até o chefe de Estado¹, delinquente por várias vezes reincidente e sem qualquer vestígio de pudor, ousa pedir "tolerância zero" contra infrações, ainda que leves, nos bairros desfavorecidos.

A nova sociedade-farol da humanidade

Essa nova figura político-discursiva da "segurança" que, em todos os grandes países da Europa, reconcilia a direita mais reacionária com a esquerda governamental retira o essencial de sua força de imposição dessas duas potências simbólicas contemporâneas que são a ciência e os Estados Unidos da América do Norte – e melhor ainda, do cruzamento de ambas: a ciência norte-americana aplicada à realidade norte-americana.

Da mesma forma que a visão neoliberal em economia se baseia em modelos de equilíbrio dinâmico construídos pela ciência econômica ortodoxa *made in USA*, país que detém um quase monopólio dos prêmios Nobel nessa disciplina, a atual vulgata da segurança apresenta-se sob a aparência de um discurso científico que quer pôr a "teoria criminológica" mais avançada a serviço de uma política decididamente "racional" e, portanto, ideologicamente neutra e em última instância indiscutível, uma vez que é orientada por puras considerações de eficácia e eficiência. Assim como a política de submissão ao mercado, ela provém diretamente dos Estados Unidos, transformados em sociedade-farol da humanidade, a única da história dotada de meios materiais e simbólicos capazes de converter suas particularidades históricas em ideal trans-histórico, e de fazê-lo acontecer, transformando a realidade à sua imagem por toda parte². Foi em Nova York, por exemplo, que os dirigentes políticos franceses (mas também britânicos, italianos, espanhóis e alemães), de direita como de esquerda, foram em peregrinação nestes últimos anos para marcar sua determinação recobrada de vencer a criminalidade de rua e para se iniciarem, com esse objetivo, nos conceitos e medidas implementados pelas autoridades norte-americanas. Apoiado na ciência e na política do *crime control* testadas na América do Norte, o pensamento único sobre segurança apresenta-se sob a forma de um encadeamento de "mitos científicos" dos quais se torna urgente examinar a trama e dissecar as motivações.

O refrão repressivo catastrofista

1. Uma América do Norte "supercriminosa" hoje pacificada e superada pela França: segundo esse primeiro mito, os Estados Unidos estavam assolados, até há pouco tempo, por taxas astronômicas de criminalidade, mas teriam, graças a suas inovações policiais e penais, "resolvido" a equação do crime, a exemplo de Nova York. Ao mesmo tempo, as sociedades da velha Europa, por negligência, se teriam deixado apanhar

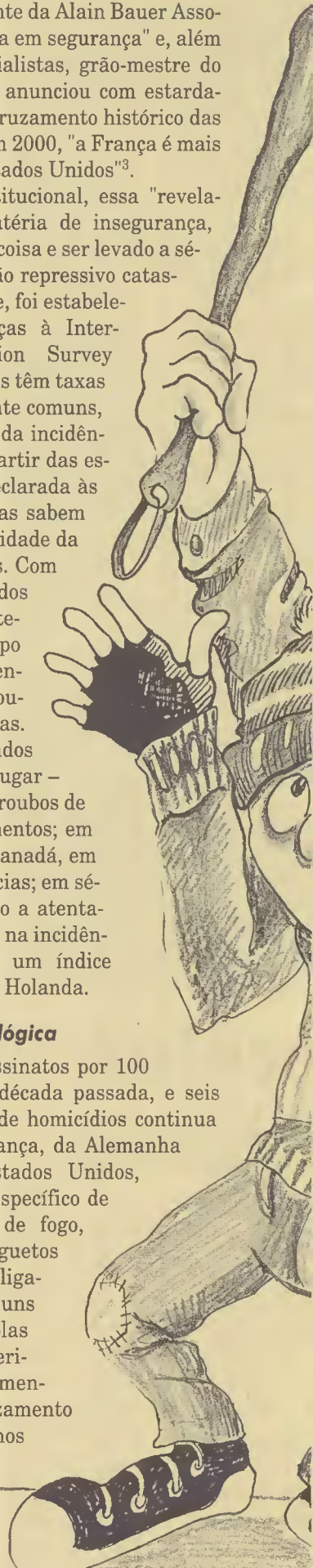
pela espiral da "violência urbana". Foi assim que Alain Bauer – diretor-presidente da Alain Bauer Associates, empresa de "consultoria em segurança" e, além de assessor de ministros socialistas, grão-mestre do Grande Oriente da França – anunciou com estardalhaço que, depois de fazer o "cruzamento histórico das curvas" entre os dois países em 2000, "a França é mais geradora de crimes que os Estados Unidos"³.

Difundida pela mídia institucional, essa "revelação" demonstra que, em matéria de insegurança, pode-se dizer tudo e qualquer coisa e ser levado a sério, desde que se entoe o refrão repressivo catastrofista da moda. Na realidade, foi estabelecido há uns dez anos, graças à International Crime Victimization Survey (ICVS)⁴, que os Estados Unidos têm taxas de criminalidade absolutamente comuns, quando se medem em função da incidência da "vitimação" – e não a partir das estatísticas da criminalidade declarada às autoridades, cujos especialistas sabem que elas medem melhor a atividade da polícia que a dos delinquentes. Com exceção, notável e explicável, dos homicídios, os índices norte-americanos são há muito tempo comparáveis e mesmo geralmente inferiores aos de muitas outras sociedades desenvolvidas. Em 1995, por exemplo, os Estados Unidos estavam em segundo lugar – depois da Grã-Bretanha – em roubos de carros e em agressões e ferimentos; em terceiro lugar, bem atrás do Canadá, em matéria de roubos em residências; em sétimo lugar no que diz respeito a atentados sexuais; e em último lugar na incidência de roubos simples, com um índice inferior à metade do índice da Holanda.

Uma bobagem ideológica

No entanto, com dez assassinatos por 100 mil habitantes no início da década passada, e seis por 100 mil hoje, seu índice de homicídios continua seis vezes superior ao da França, da Alemanha e da Grã-Bretanha. Os Estados Unidos, portanto, têm um problema específico de violência mortal por arma de fogo, fortemente concentrado nos guetos urbanos. Essa violência está ligada, por um lado, à posse de uns 200 milhões de fuzis e pistolas (quatro milhões de norte-americanos portam armas normalmente), e por outro lado ao enraizamento da economia ilegal de rua nos bairros desfavorecidos das metrópoles.

O decréscimo da criminalidade violenta na França, e mais amplamente na Europa, não aproxima mais esses países do "modelo norte-americano" dominado pela violência letal. A taxa de homicídios na França caiu um quinto em dez anos, passando de 4,5 por 100 mil habitantes em 1990 para 3,6 em 2000. Se as



agressões e ferimentos voluntários aumentaram significativamente, essa violência, longe de atingir "todo mundo e em toda parte", permanece concentrada no meio da população jovem de origem operária e é geralmente leve: na metade dos casos, as "agressões" apresentadas às autoridades são exclusivamente verbais; só provocam hospitalização ou dispensa do trabalho num caso em vinte.

Portanto, a afirmação de que a América do Norte era "supercriminosa" e não o é mais a partir do advento da "tolerância zero", enquanto a França o passa a ser (está subentendido: porque não soube importar com urgência essa medida), não tem como origem a tese criminológica, mas a bobagem ideológica.

O mito da diminuição da criminalidade

2. Em Nova York, como em qualquer outro lugar, foi a polícia que fez desaparecer a criminalidade. Um relatório recente do Manhattan Institute, centro nevrálgico da campanha mundial de punição da miséria, afirma enfaticamente esse mito: a baixa contínua da estatística criminal nos Estados Unidos seria atribuída à ação das forças da ordem, uma vez que estas foram liberadas, como em Nova York, dos tabus ideológicos e das imposições jurídicas que as limitavam. Mas também aqui, os fatos são insistentes: todos os estudos científicos concluem que a polícia não desempenhou o papel motor e prioritário que os partidários da gestão penal da insegurança social lhe atribuem — longe disso.

A primeira prova é que a baixa da violência criminal em Nova York ocorreu três anos antes da chegada ao poder de Giuliani, em fins de 1993, e continuou diminuindo depois de sua posse na prefeitura. Melhor ainda, a taxa de homicídios cometidos sem arma de fogo diminuiu regularmente desde 1979. Só os homicídios por bala, cujo número crescera muito, entre 1985 e 1990, devido à difusão do comércio de crack, caíram a partir de 1990. Nenhuma dessas duas curvas apresenta inflexão especial na gestão de Giuliani.

Crescimento econômico e emprego

A segunda prova é que o refluxo da criminalidade violenta não é menos nítido nas cidades que não aplicam a chamada política de "tolerância zero", inclusive as que, optando por uma abordagem oposta, se empenham em estabelecer relação contínuas com os habitantes de forma a prevenir os atentados, em vez de tratá-los com a repressão penal excessiva. Em São Francisco, uma política de orientação dos jovens delinquentes para programas de formação, de aconselhamento e de tratamento social e médico permitiu diminuir o número de ingressos em casas de detenção em mais da metade, reduzindo a criminalidade violenta em 33% entre 1995 e 1999 (contra 26% em Nova York, onde o volume de admissões na detenção aumentou um terço nesse período). A terceira prova é que Nova York já havia posto em prática, de 1984 a 1987, uma política de manutenção da ordem similar àquela adotada a partir de 1993, tendo como resultado um aumento significativo da violência criminal... A estratégia policial adotada por Nova York na década de 90, portanto, não é necessária nem suficiente para explicar a queda da criminalidade nessa cidade.

Seis fatores, independentes da atividade da polícia e da justiça, combinaram-se para reduzir significativamente a incidência de crimes violentos nas metrópoles norte-americanas. Inicialmente, um crescimento econômico sem precedentes por sua amplitude e duração deu trabalho a milhões de jovens até então condenados à inatividade ou ao *business*, inclusive nos guetos e bairros em que o desemprego regrediu nitidamente, embora a maioria desses empregos continue sendo precária e mal remunerada.

Depois, o número de jovens (principalmente de 18 a 24 anos, os mais inclinados a infrações violentas) baixou, o que se reflete quase mecanicamente por um refluxo da criminalidade de rua. Por outro lado, o comércio de pasta do crack nos bairros desfavorecidos estruturou-se e estabilizou-se; os usuários passaram a consumir outros entorpecentes (maconha, heroína e

anfetaminas), cujo tráfico gera menos violência porque opera através de redes de conhecimentos, mais do que por trocas anônimas em lugares públicos⁵.

O discurso sedutor da "responsabilidade"

Além dessas três causas econômicas e demográficas, um efeito de aprendizagem afastou os jovens nascidos depois de 1975 das drogas pesadas e do estilo de vida a elas associado, por se recusarem a sucumbir ao destino macabro que viram ter seus irmãos mais velhos, primos e amigos: toxicomania incontrolável, reclusão criminal, morte violenta e prematura. Em seguida, as igrejas, escolas, associações diversas, clubes de bairro, coletivos de mães de crianças vítimas de matanças de rua se mobilizaram nas zonas de exclusão e exerceram, por onde ainda podiam, sua capacidade de controle social informal. Suas campanhas de sensibilização e de prevenção acompanharam e reforçaram o movimento de recuo dos jovens da economia predatória da rua. Essa dimensão é totalmente ocultada pelo discurso dominante sobre a queda da criminalidade nos Estados Unidos. Finalmente, as taxas de violência criminal divulgadas pelos Estados Unidos no começo da década de 90 eram anormalmente elevadas e tinham, portanto, todas as chances de se encaminhar para uma baixa, ainda mais porque a combinação dos fatores que a fizeram saltar para fora da norma (tal era a progressão inicial do tráfico do crack) não podia perdurar.

A conjunção desses seis fatores é suficiente o bastante para explicar o declínio da criminalidade violenta nos Estados Unidos. Mas o tempo longo e lento da análise científica não é esse, rápido e irregular, da política e da mídia. A máquina de propaganda de Giuliani soube aproveitar esse atraso natural da investigação criminológica para preencher o vazio de explicação com um discurso pré-fabricado sobre a eficiência da repressão policial. Um discurso sedutor já que, escorado pelo tropo da "responsabilidade", faz repercutir a temática individualista e utilitarista trazida pela ideologia neoliberal atualmente hegemônica. Mas admitamos, para a necessidade da demonstração, que a polícia tenha tido efetivamente um impacto significativo sobre a criminalidade em Nova York. Resta então a questão de saber como ela teria produzido esse resultado.

Tradução: Regina Salgado Campos

* Sociólogo na Universidade da Califórnia (Berkeley) e no Centre de Sociologie Européenne, Paris. Autor de *Corps et âme. Carnets ethnographiques d'un apprenti boxeur*, ed. Agone, Marselha, 2000, e de *Punir les pauvres* (a ser lançado pela mesma editora).

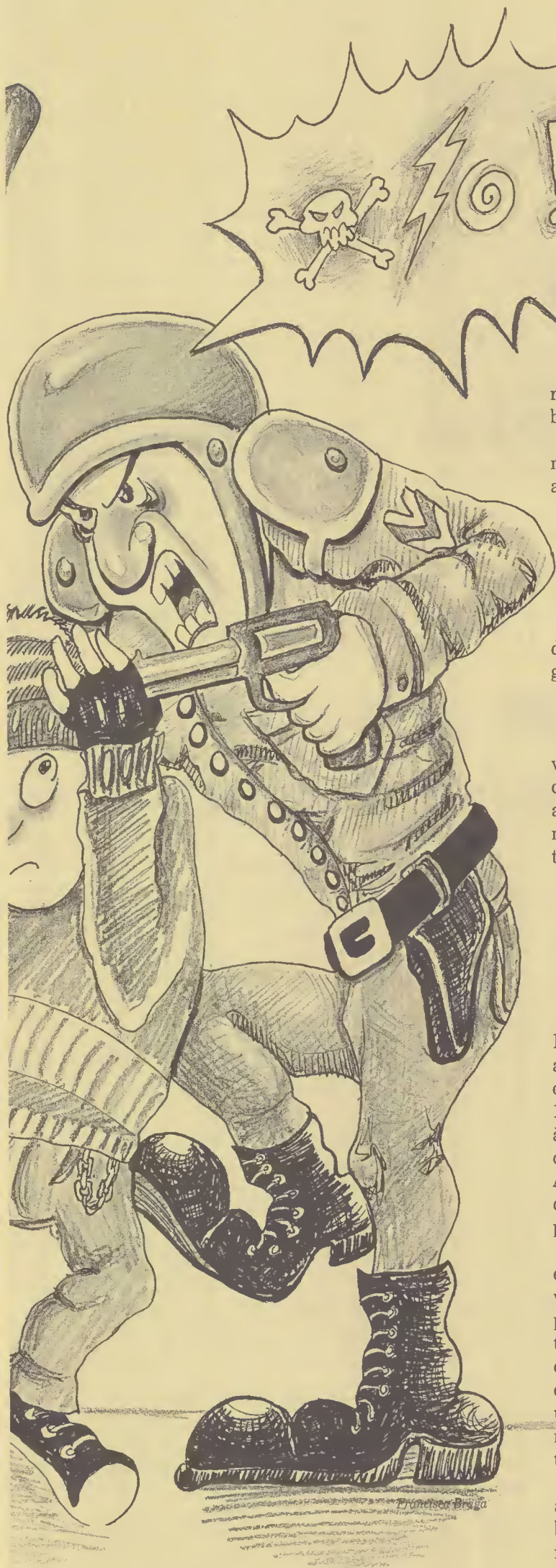
1. N.T.: O Chefe de Estado de que fala o texto é Jacques Chirac, reeleito recentemente.

2. Ler *Actes de la recherche en sciences sociales*, nºs 138 e 139, junho e setembro de 2001, sobre o tema "L'exception américaine". Ler também "L'Amérique dans les têtes", *Manière de voir*, nº 53.

3. *Le Figaro*, 18 de junho de 2001. Estudo retomada por *France Inter*: cf. "Le Far West de Radio France", *Le Monde diplomatique*, agosto de 2001. Ler também, de Pierre Rimbert, "Envahissants experts de la tolérance zéro", *Le Monde diplomatique*, fevereiro de 2001.

4. *International Crime Victimization Survey* é uma pesquisa por questionário feita com famílias a cada quatro anos desde 1989 sob a égide do Ministério da Justiça holandês, que compara as taxas de "vitimação" criminal nos principais países desenvolvidos.

5. Sobre o funcionamento diário do tráfico de crack em East Harlem, ler, de Philippe Bourgois, *En quête de respect. Le commerce du crack à New York*, Editions du Seuil, Paris, 2001.



ITÁLIA

Racismo ganha campo na Europa

Depois da Dinamarca, que em maio passado aprovou uma lei de restrição aos direitos dos imigrantes, foi a vez da Itália protagonizar mais uma demonstração da nova política xenófoba européia. No dia 4 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou uma lei, conhecida como Fini-Bossi, que endurece as medidas contra os estrangeiros que entram no país clandestinamente. A nova legislação foi duramente contestada pela oposição de centro-esquerda e particularmente pelos comunistas italianos.

O projeto de lei contou com o apoio dos principais partidos da coalizão governamental – a Força Itália, de Silvio Berlusconi, a xenófoba Liga Norte (LN) e a pós-fascista Aliança Nacional (AN) – e foi redigido pelo líder da LN, o ministro das Reformas Institucionais, Umberto Bossi, e pelo vice-premiê italiano, Gianfranco Fini, da AN. Foram contabilizados 279 votos a favor e 203 contra, este últimos dados pela coligação El Olivo e pelos comunistas.

Em entrevista à imprensa italiana Bossi avisou: "Os clandestinos deverão saber que não poderão entrar na Itália com total impunidade. Quem vier para

cá deverá ter um contrato de trabalho, pois não podemos deixar que nossa casa seja destruída".

A nova lei, que deverá substituir o texto aprovado pelo governo anterior, não impedirá a "imigração clandestina", como queria Bossi, mas punirá severamente os infratores com a expulsão em prazo máximo de uma semana. Os reincidentes podem ser condenados à reclusão de até quatro anos. Segundo Anne-Marie Le Gloannec, diretora-adjunta do Centro Marc Bloch, um instituto de pesquisas franco-alemão localizado em Berlim, o projeto não é mais rígido do que a Lei de Estrangeiros, aprovada recentemente na Espanha.

A Fini-Bossi prevê ainda a redução do tempo de permanência de clandestinos sem identificação em centros de acolhimento de 60 para 30 dias e o endurecimento da política de concessão de vistos de permanência no país, que será obrigatoriamente vinculada a um contrato de trabalho, não mais a uma "garantia" dada por um residente.

A lei dá ainda poder de chantagem aos empregadores já que subordina o direito de livre circulação às exigências do



Silvio Berlusconi: premiê da Itália

mercado. Se um trabalhador estrangeiro for demitido e não encontrar trabalho em um prazo máximo de seis meses, mesmo que resida na Itália há vários anos, perderá o visto de permanência. Assim os patrões italianos passam a controlar o destino dos trabalhadores imigrados.

Muro da vergonha

O novo texto prevê também restrições à reaproximação familiar, limitando as visitas aos filhos e cônjuges do imigrante. A legislação atual autoriza a entrada de outros familiares por essa via. "Se a decisão coubesse a mim, impediria a entrada de todos os imigrantes nos próximos anos. Parece-me que há 228 mil imigrantes nas listas de desempregados, porém mais de 120 mil não fazem nada. Estão inscritos apenas para obter permissão para continuar no país", disse o neofascista Bossi à imprensa italiana.

Bossi chegou a propor a construção de um muro de 260 km entre a fronteira nordeste da Itália e a Eslovênia, como forma de combater a entrada de imigrantes ilegais vindos dos Bálcãs. A Itália tem hoje 1,5 milhão de imigrantes legais – 2,5% de sua população total. Vale lembrar que no início do século passado, foi da Itália que partiu o maior número de emigrantes do oeste europeu por razões econômicas e muitos vieram para o Brasil. O projeto volta agora à Câmara alta para sua aprovação definitiva, o que deve ocorrer devido à maioria conservadora do Congresso italiano.

Carlos Schmidt - professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs e ex-presidente da Adufgrs

O primeiro passo é o entendimento

Qual será a postura de nosso sindicato no caso de eleição de um governo que queira conversar conosco sobre os rumos da universidade brasileira? Porque na situação contrária, apesar das divergências táticas, todos sabemos que é preciso continuar resistindo às tentativas de desmonte e de transformação da universidade pública no sentido da sua adequação à lógica do mercado. Transformação esta em curso, apesar de nossa resistência.

Sabemos que um governo que se disponha a alterar este movimento de privatização da universidade e demais instituições públicas, dialogando com a sociedade, compartilhando decisões, terá que resgatar um passivo social acumulado há muito tempo. Portanto, por mais que reverta privilégios da classe dominante nacional e internacional terá, na atual correlação de forças, que estabelecer prioridades.

É óbvio que isso não significa fazer como o governo atual que, em sintonia com o Banco Mundial, diz ser o ensino fundamental prioritário sobre a universidade e na realidade não atende às necessidades de nenhum. Sabemos que a educação é um sistema e é necessário desenvolvê-la em todos os níveis.

Por outro lado, existem questões que não envolvem recursos adicionais e que podem permitir o avanço no sentido que temos historicamente proposto. As principais no nosso entender são aquelas relacionadas com autonomia e democratização da gestão da universidade.

Quanto às questões que envolvem recursos não podemos esperar que elas sejam resolvidas no imediato, assim teremos que estabelecer prioridades que no nosso entender seriam:

1ª - Correção anual dos salários por um índice a ser

acordado entre sindicato e governo.

2ª - Estabelecimento de uma carreira docente, tendo por base a proposta da Andes.

3ª - Expansão gradativa das vagas nas universidades federais, com o aporte de recursos humanos necessário a realizá-la.

4ª - Recuperação e expansão gradativa dos recursos materiais da universidade (infraestrutura, meios para pesquisa, ensino e extensão).

5ª - Recuperação gradativa das perdas salariais.

Neste sentido fazemos a crítica ao projeto de autonomia da Andifes que alega tomar por base a situação política atual para formular "propostas realizáveis". Ora, este é justamente um momento de mudança no qual podemos e devemos afirmar na íntegra nosso projeto de universidade e incidir não só sobre o governo a ser eleito, mas na própria eleição de uma alternativa que possa realizar a universidade que queremos.

A proposta da Andifes não é só fruto do erro tático que apontamos, mas também de uma visão do coletivo dos reitores das universidades públicas que diverge em muitos aspectos daquela do movimento docente.

Para levarmos esta luta, não é mais possível no nosso entender ficarmos afirmando a autoaplicabilidade do artio 207 da Constituição Federal Brasileira que "garante a autonomia" da universidade. Além da remoção do entulho antidemocrático e inconstitucional fabricado pelo governo atual, temos que dar curso a um projeto de autonomia como têm nossos companheiros da Fasubra. Aliás, de preferência um único projeto consensual de Andes, Une e Fasubra, ou pelo menos projetos convergentes.

É certo que, na atual conjuntura, lutar no Congres-

so por um projeto de autonomia, dada a correlação de forças, seria suicídio. O produto poderia ser uma regressão em relação ao quadro atual. Mas o momento é de apresentar nossas propostas à sociedade, aproveitando que o debate eleitoral trata de todas dimensões da vida nacional.

Para realizar este embate é necessário que a Andes supere a polarização acirrada que ainda perdura entre correntes, que atualmente não têm tanta diferença sobre as questões antes mencionadas de forma a impedir uma atuação mais unificada do movimento docente.

As duas correntes que disputaram as últimas eleições no sindicato conseguiram se afastar de posições que impediam uma ação conjunta ainda que perdurem muitas divergências. A chapa 2 repudia posturas autoritárias e conciliatórias com o governo atual que marcaram em muitos momentos parte do núcleo dirigente da gestão 98/2000 da Andes. A chapa 1, a partir da greve do ano passado, conseguiu romper com os segmentos fundamentalistas que de forma pueril imaginavam o movimento docente como ponta de lança na derrubada do neoliberalismo.

Assim, existe um espaço de convivência e convergência da grande maioria do movimento docente na luta não só da defesa como na transformação da universidade pública. Neste sentido, o debate e a implementação de propostas de direção colegiada, como é o caso da CUT e Fasubra, só somariam nesta direção.

Mas o primeiro passo é reconhecer que podemos nos entender para atuar juntos e, como dizia o finado Getúlio Vargas, montar no cavalo encilhado que está passando na nossa frente.



O futebol

A história do futebol é uma

triste viagem do prazer ao dever. À medida que o esporte se fez indústria, foi desterrando a beleza que nasce da alegria de jogar simplesmente porque sim. Neste mundo do fim do século, o futebol profissional condena o que é inútil, e é inútil o que não é rentável. Ninguém tem vontade de ganhar essa loucura que faz que o homem seja criança por um momento, jogando como brinca a criança com o balão e como brinca o gato com o novelo de lã: bailarino que dança com uma bola leve como o balão que voa pelo ar e o novelo que roda, jogando sem saber que brinca, sem motivo e sem relógio e sem juiz.

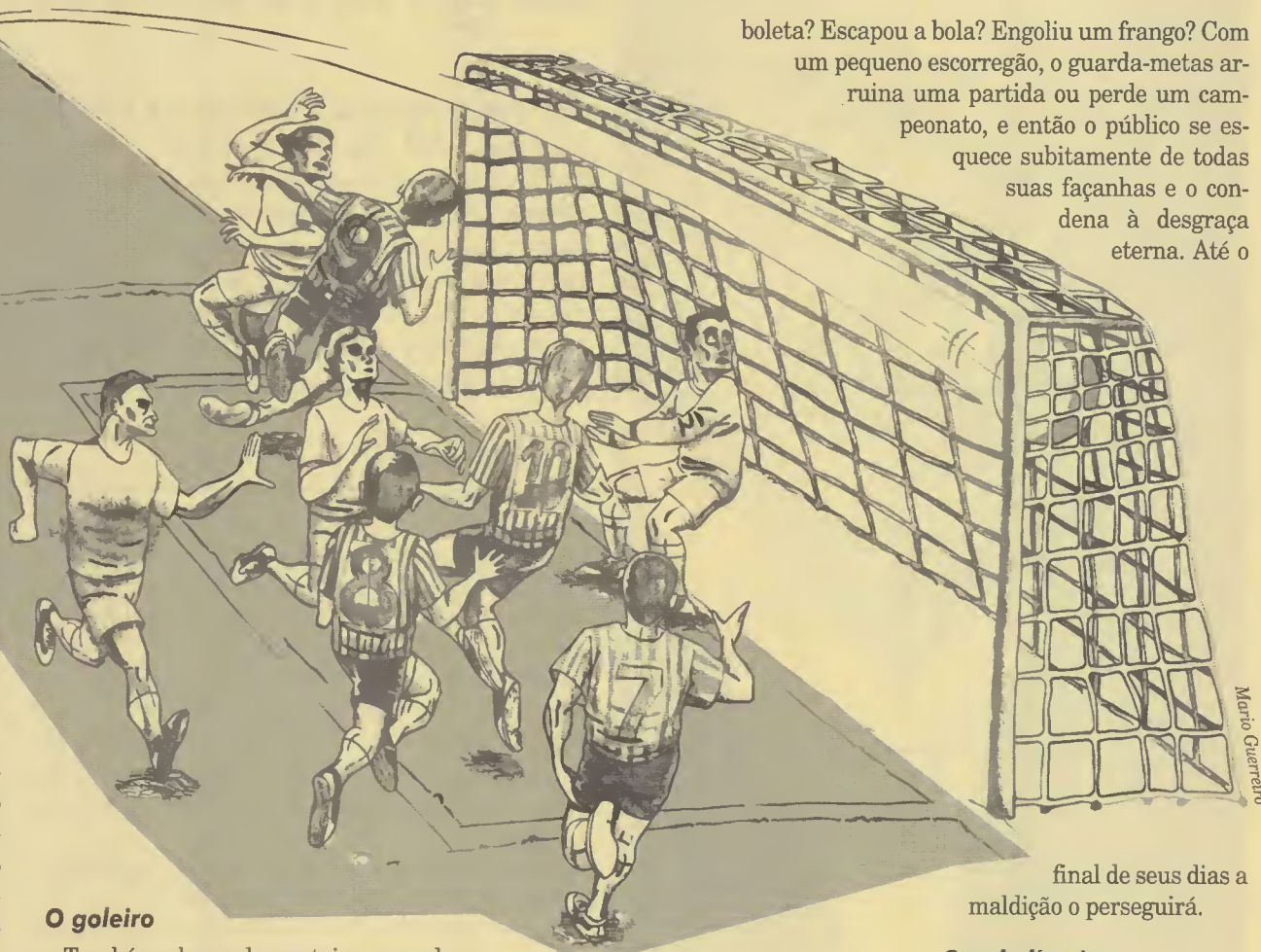
O jogo se converteu em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar e o espetáculo se converteu em um dos negócios mais lucrativos do mundo, que não se organiza para jogar senão para impedir que se jogue. A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria. Atrofia a fantasia e proíbe a ousadia.

Por sorte ainda aparece nos gramados, ainda que seja muito de vez em quando, algum descarado cara-de-pau que sai não se sabe de onde e comete o disparate de desmoralizar toda a equipe rival, e ao juiz, e ao público das arquibancadas, pelo puro prazer do corpo que se lança à aventura proibida da liberdade.

O gol

O gol é o orgasmo do futebol. Como o orgasmo, o gol é cada vez menos frequente na vida moderna. Há meio século, era raro que uma partida sem gols: 0 . 0, duas bocas abertas, dois bocejos. Agora, os onze jogadores passam toda a partida debaixo do travessão, dedicados a evitar os gols e sem tempo para fazê-los.

O entusiasmo que se desprende a cada vez que a bola branca sacode a a rede, pode parecer mistério ou loucura, mas temos que levar em conta que o milagre acontece pouco. O gol, ainda que seja um golzinho, resulta sempre gooooooooooooooooooooool na garganta dos locutores de rádio, um dó de peito capaz de deixar Caruso morto para sempre, e a multidão delira e o estádio se esquece que é de cimento e se desprende da terra e vai ao ar.



O goleiro

Também chamado porteiro, guarda-meta, goleiro, "cão cébero", mas também poderia ser chamado de mártir, paganini, penitente ou palhaço das bofetadas. Dizem que onde ele pisa, nunca mais cresce a grama. É único. Está condenado a olhar a partida de longe. Sem se mover da meta, aguarda sozinho, entre os três paus, seu fuzilamento. Antes vestia-se de preto, como o árbitro. Agora o árbitro já não está disfarçado de urubu e o arqueiro consola sua solidão com fantasias coloridas. Ele não faz gols. Está lá para impedir que façam. O gol, festa do futebol: o goleador faz alegrias e o goleiro, o estraga-prazer, as desfaz.

Leva nas costas o número um. Primeiro em receber? Primeiro em pagar. O porteiro sempre tem a culpa. E se não tem, paga do mesmo jeito. Quando um jogador qualquer comete um penal, o castigado é ele: deixam-no por lá, abandonado ante seu carrasco, na imensidão da área vazia. E quando a equipe tem uma tarde ruim, é ele quem paga o pato, debaixo de uma chuva de *balonzos*, expiando os pecados alheios.

Os demais jogadores podem equivocar-se feio uma ou muitas vezes, mas se redimem com uma finta espetacular, um passe magistral, um disparo certo: ele não. A multidão não perdoa o goleiro. Saiu em falso? Caçou bor-

boleta? Escapou a bola? Engoliu um frango? Com um pequeno escorregão, o guarda-metas arruina uma partida ou perde um campeonato, e então o público se esquece subitamente de todas suas façanhas e o condena à desgraça eterna. Até o

final de seus dias a maldição o perseguirá.

O gol olímpico

Quando a seleção uruguaia regressou da Olimpíada de 24, os argentinos lhes ofereceram uma partida de comemoração. O jogo realizou-se em Buenos Aires. Uruguai perdeu por um gol.

O ponta esquerda Cesáreo Onzari foi o autor desse gol da vitória. Meteu um tiro de escanteio e a bola se meteu no arco sem que ninguém a tocasse. Era a primeira vez na história do futebol que se fazia um gol assim. Os uruguaianos ficaram mudos. Quando conseguiram falar, protestaram. Segundo eles, o arqueiro Mazzali havia sido empurrado enquanto a bola vinha pelo ar. O árbitro não deu a menor bola. E então argumentaram que Onzari não tinha a intenção de chutar a gol, e que o gol havia sido coisa do vento.

Por homenagem ou ironia, aquela coisa rara se chamou gol olímpico. E ainda se chama assim, as poucas vezes que ocorre. Onzari passou todo o resto de sua vida jurando que não foi sorte. E ainda que transcorreram muitos anos, a desconfiança continua: cada vez que uma cobrança de escanteio sacode a rede sem intermediários, o público celebra o gol com uma ovação, mas não acredita.

*De Futebol a sol e sombra, Ediciones do Chanchito, 1995

ORELHA



Forças ocultas

Augusto Ariston

Forças Ocultas trata de um assunto que recentemente começou a ser redimensionado, a partir da publicidade dada a arquivos sigilosos do governo norte-americano. A Operação Condor é o pacto feito entre as ditaduras militares do cone sul nas décadas de 1960/70 a fim de aniquilar a resistência civil, que tentava restabelecer a ordem democrática. Palavra & Imagem, R\$21,00, 174p.

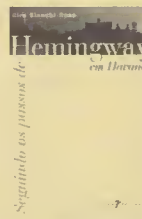


A experiência etnográfica

Antropologia e literatura no século XX

James Clifford

O autor analisa a emergência da moderna noção antropológica ou etnográfica de cultura, tal como ela veio a se configurar nos dois primeiros terços do século XX. Clifford focaliza os modos de representação etnográfica no contexto colonial e pós-colonial e no contexto cultural do modernismo literário e artístico europeu. Ufrj, R\$28,00, 319p.



Seguindo os Passos de Hemingway em Havana

Ciro Bianchi Ross

A permanência de Hemingway em Havana, por mais de duas décadas, deixou profundas marcas. Com estilo simples e direto, Ciro Bianchi Ross revela momentos do cotidiano do escritor americano em Cuba: as temporadas na chácara La Vigia, as conversas com os amigos pescadores, andanças pelo mar, enfim, vivências que serviram de inspiração para muitas de suas obras. Casa Jorge Editorial. R\$15,00, 62 p.

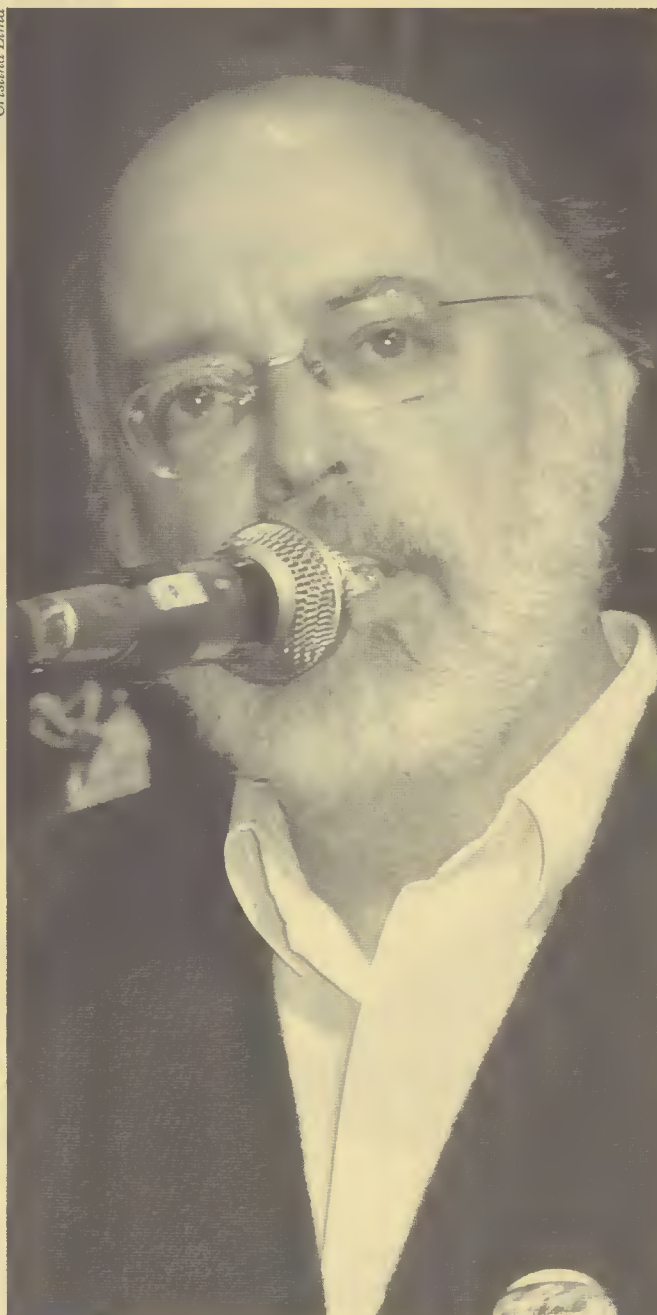
WWW

Bienal SP

bienalsaopaulo.terra.com.br
O Sítio da XXV Bienal de São Paulo - Iconografias Metropolitanas, que aconteceu no Parque Ibirapuera de 23 de março a 2 de junho.

Mundo

ar.geocities.com/el_espejo2000
O sítio El Espejo de Argetina y el Mundo é um informativo sobre a atual situação mundial.



Lucas: "não somos grupos que se colocuem em situação de conflito, de antagonismo"

"As divergências não significam desunião"

As diferenças entre as chapas que disputaram as eleições da Andes-SN são menores que as semelhanças. Quem garante é o presidente eleito do sindicato professor Luiz Carlos Lucas, da Universidade Federal de Pelotas. Conforme ele, as eleições tiveram um período de debates entre concepções diversas em termos de estratégias de lutas, mas as posições não chegaram a ser antagônicas. Por isso, ele afirma também que a futura condução do sindicato saiu favorecida de um debate que sempre se manteve no nível do confronto de idéias. E explica: "O fato de se ter tido um bom diálogo nesta campanha tem repercussões muito positivas no que se refere à articulação futura da nossa luta". Na entrevista a seguir, Lucas fala de como o movimento docente sai das eleições para um período de embates importantes.

Jéferson Assunção

que devem ser pesados, mas na condição de presidente eleito do sindicato eu gostaria de esperar um pouco para me expressar porque prefiro ouvir o que pensam os nossos sindicalizados.

Adverso - O senhor acha que ainda seria um pouco cedo para tratar desse assunto?

Lucas - Eu acho que se as bases do sindicato sentirem a necessidade de se pensar isso, esta é uma discussão que deve ser colocada nas nossas instâncias normais.

Adverso - Quais seriam os pontos positivos e quais os negativos nessa proposta?

Lucas - O ponto positivo é que, se realmente uma direção proporcional funciona bem, ela tem a vantagem de que a diretoria passa a representar um espectro maior de posições. O problema é que, para funcionar bem, antes tem que fazer um trabalho de aparar arestas, pois se as divergências forem muito acentuadas dificilmente uma direção colegiada funciona. Podem haver atritos internos que imobilizem o processo decisório dentro do sindicato. Mas são apenas alguns fatores, dentre muitos, que devem ser pesados nessa questão. Pessoalmente, não tenho uma posição muito firme quanto a isso e acho que de qualquer modo o que importa é a maneira como os nossos sindicalizados se manifestem a respeito. Não é uma questão vedada.

"O sindicato deve ser autônomo em relação ao Estado, qualquer que seja o governo"

Não há questões vedadas no nosso sindicato. Como realmente existe um segmento que tem pensado isso e não tem a ver com a atual definição de campos, são coisas que perpassam os grupos que apoiaram as duas chapas, de um lado ou de outro há posições favoráveis e contrárias. É uma questão a ser discutida normalmente e serenamente.

Adverso - Na eventualidade de vitória de um governo de esquerda no Brasil, as reivindicações dos professores se daria da mesma forma?

Lucas - Esse foi um ponto importante da nossa campanha. O sindicato deve ser autônomo em relação ao Estado, qualquer que seja o governo. Não acho que vão mudar as nossas reivindicações. Nós temos uma visão de universidade que está consolidada em diversas deliberações congressuais nossas. Temos toda a nossa proposta de universidade no caderno 2 do Andes e no 14. Não há por que mudar nada disso. Isso vai ser reivindicado, qualquer que seja o governo nós vamos continuar a lutar por isso. Provavelmente mude, é claro, a forma como o governo se posiciona. Evidentemente dependendo da maneira como pensa quem está do outro lado da

mesa teremos uma reação ou outra, mas a nossa posição continua sendo a mesma, não há por que mudar. Poderemos ter maior facilidade ou dificuldade na negociação que venhamos a ter na tentativa de consolidar nosso projeto de universidade e de sociedade.

Adverso - Qual a escala de prioridades para a Andes a partir de agora?

Lucas - Temos pontos absolutamente emergenciais. Em primeiro lugar a necessidade de dar continuidade ao trabalho que nós estamos tendo na negociação. Conseguimos evoluir satisfatoriamente, por exemplo, no que diz respeito à regulamentação da GID, mas estamos encontrando dificuldades em outros temas, como os hospitais universitários, financiamento e de abertura de curso pelo RJU. O governo não está cumprindo aquilo que se comprometeu no final da greve. O que nos importa é que venhamos a obter uma maneira de garantir o cumprimento daquilo que foi acordado. Algo que ainda não está definido. Sabemos que não é fácil negociar com este governo. Há problemas até referentes a um certo vazio de poder existente no MEC, e isso complica a negociação. Mas nós teríamos uma agenda bastante carregada. Por exemplo, a questão do pacote antigreve é uma ameaça que ainda não se desfez. Temos o projeto de lei de inovação tecnológica, que está sendo gestado pelo governo e que se conseguir se materializar vai ter resultados péssimos para a universidade, pois consolida e aprofunda o processo de privatização interna, permite recuperar coisas que a gente barrou ao impedir que tivesse tramitação o projeto de lei do emprego público. Existe ainda o projeto de lei de flexibilização da CLT que também deve nos ocupar bastante. Temos ainda o projeto de autonomia, que está sendo discutido.

Adverso - Que futuro o senhor vê para a universidade caso o atual modelo político e econômico saia novamente vencedor das eleições?

Lucas - Muito ruim. Acho que o atual governo tem dado todos os indícios de que realmente a sua proposta, sobretudo para a universidade pública, é, em essência,

"Se houver a continuidade desse governo, nós devemos nos preparar para o enfrentamento bastante duro"

a de privatizá-la. E não há sinais de que o governo venha a abandonar esse projeto. Se houver a continuidade desse governo, nós devemos nos preparar para o enfrentamento bastante duro, sobretudo no período inicial, porque a história recente tem nos mostrado que governos em inícios de mandato costumam se valer do grau de legitimidade alta que eles obtêm com as eleições para tentar passar o mais rapidamente possível seus projetos mais contraditórios.

ADverso - O senhor vê a possibilidade de estabelecer convergências com outros setores do movimento docente, inclusive da chapa derrotada?

Luiz Carlos Lucas - Sem dúvida. Eu acho que temos divergências pontuais mas não somos grupos que se coloquem em situação de conflito, de antagonismo. Não somos inimigos, mas apenas pessoas que disputaram porque têm algumas diferenças de pontos de vista a respeito da condução do sindicato, mas não acho que haja conflitos inconciliáveis, não.

Adverso - O movimento docente está unido neste momento?

Lucas - Nós estamos saindo de um processo eleitoral no qual houve duas chapas. Isso significa que há uma certa divergência, sim, mas não acredito que se possa considerar que essas divergências seriam de tal monta que fossem significar realmente desunião do movimento docente, sobretudo no que diz respeito aos enfrentamentos que teremos. Acredito que teremos uma resposta unitária e muito poucas divergências internas.

Adverso - Neste sentido, há a proposta de uma nova forma de direção da Andes, tipo uma diretoria proporcional, como a que existe na Fasubra ou na CUT. Isso seria possível?

Lucas - Tem havido algumas propostas neste sentido e eu acho que qualquer proposta séria deve ser discutida pelo conjunto do sindicato. Aquilo que é fundamental do ponto de vista daqueles que assumem a atual diretoria é que qualquer questão que passe pela deliberação coletiva deve ser tratada de modo que respeite as nossas instâncias de deliberação. As assembleias devem ser ouvidas, os conselhos, os Conads, e essa é uma proposta que merece ser examinada, como qualquer outra. Pessoalmente acho que há pontos negativos e positivos